



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

COMISSÃO PERMANENTE

ACTA DA REUNIÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1984

SUMÁRIO

Acta da reunião da Comissão Permanente
do dia 19 de Setembro de 1984

O Sr. **Presidente** (Tito de Moraes): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que podemos dar início aos nossos trabalhos.

Está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Manuel Alfredo Tito de Moraes (PS) — presidente.
Carlos Cardoso Lage (PS) — vice-presidente.
Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — vice-presidente.
José Rodrigues Vitoriano (PCP) — vice-presidente.
José Luís do Amaral Nunes (PS) (a).
Almerindo da Silva Marques (PS).
José Eduardo Ferraz de Abreu (PS) (b).
Amadeu Augusto Pires (PS) (c).
Luís Silvério Gonçalves Saias (PS) (d).
Agostinho de Jesus Domingues (PS).
Jorge Lação Costa (PS).
Paulo Manuel de Barros Barral (PS) (e).
Victor Hugo de Jesus Sequeira (PS) (f).
Fernando dos Reis Condesso (PSD) (g).
António Marques Mendes (PSD).
José Adriano Gago Vitorino (PSD).
Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD).
João Luís Malato Correia (PSD).
José Augusto Silva Marques (PSD).
João Maurício Fernandes Salgueiro (PSD) (h).

Carlos Alfredo de Brito (PCP).
Jerónimo Carvalho de Sousa (PCP) (i).
Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP).
João António Gonçalves Amaral (PCP).
Narana Sinai Coissoró (CDS) (j).
Manuel António Almeida Vasconcelos (CDS).
Helena Cidade Moura (MDP/CDE).
António Poppe Lopes Cardoso (UEDS) (l).
Joaquim Jorge Magalhães Mota (ASDI).

(a) Substituído por Américo Albino da Silva Salteiro (PS).
(b) Victor Manuel Caio Roque substitui Ferraz Abreu (PS).
(c) Reis Borges em substituição de Amadeu Pires (PS).
(e) Silvino N. G. Sequeira substitui Paulo Manuel B. Barral (PS).
(f) Igrejas Caeiro em substituição de Vítor Hugo de Jesus Sequeira (PS).
(g) José Mário Lemos Damião, em substituição (PSD).
(h) Francisco Antunes da Silva em substituição do deputado João Salgueiro (PSD).
(i) Zita Maria Seabra Roseiro em substituição de Jerónimo de Sousa (PCP).
(j) Substituído por Henrique Manuel Soares Cruz (CDS).
(l) Substituído por Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira (UEDS).

O Sr. **Presidente**: — Para colocar uma questão prévia, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra.

De facto, eu queria colocar uma questão prévia ao próprio funcionamento da Comissão Permanente e que consiste na possibilidade de abirmos as portas, pelo menos, aos representantes dos órgãos de comunicação social, nos termos do artigo 8.º do Regimento da Comissão Permanente, que permite que as reuniões sejam públicas.

Na última reunião da Comissão Permanente, a questão foi lembrada por um Sr. Deputado que, em

jeito de interrogação, colocou a questão perguntando por que é a comunicação social não estaria aqui presente.

No nosso ponto de vista, e suponho que no ponto de vista de todos os Srs. Deputados, sempre foi considerado o interesse e a necessidade de que a comissão social estivesse presente. As razões são evidentes e são particularmente relevantes a partir do momento em que, com a revisão da Constituição, a sessão legislativa é de 1 ano e, portanto, o funcionamento da Comissão corresponde, aqui neste momento e no que aqui estamos a fazer, a um exercício das competências da Assembleia em plenitude.

Sempre se entendeu que teria todo o interesse e que seria necessária a presença de público, nomeadamente o conhecimento, por via da comunicação social, do que aqui se passa. Consideraram-se, no entanto, as dificuldades que resultavam do facto de reunirmos na sala chamada do Conselho de Ministros, sala que, realmente, criava algumas dificuldades, que, como é evidente, não se verificam aqui. É perfeitamente possível que os Srs. Jornalistas que quiserem estar presentes à reunião se sentem ao fundo e que possam assistir a trabalhos que são tão públicos que, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, são gravados e que, daqui a uma semana ou a um mês, são do conhecimento de toda a gente. Claro que o interesse da comunicação social e o interesse do público é que sejam do conhecimento imediato e directo.

É nesta medida, Sr. Presidente, que me permito — e agradecendo a possibilidade que me deu de colocar esta questão prévia — sugerir aos Srs. Deputados que deliberemos, nos termos do artigo 8.º, que a esta reunião, com as condições físicas concretas que aqui existem, seja permitido o acesso dos membros dos órgãos da comunicação social.

O Sr. Presidente: — Isto é uma resolução que tem de ser tomada pelo Plenário, isto é, permitir ou não que esta sessão seja pública.

Eu aguardo que os Srs. Deputados de cada grupo parlamentar expressem a sua opinião para se tomar uma decisão.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Nós pensamos que, de facto, pelo que representa a Comissão Permanente, não há razão nenhuma para a comunicação social não estar aqui. Ela substitui o Plenário. De qualquer maneira nós estamos numa Assembleia da República e é sabido que tudo aquilo que se passa aqui terá de ser do conhecimento do povo português. Portanto, em princípio, a comunicação social deve estar presente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós pensamos que, de facto, deve ser aberta à comunicação social esta sessão. Esta e outras reuniões da Comissão Permanente. De facto, o que nos parece dever salientar — e já algumas ve-

zes o temos dito — é que uma das consequências que resulta da revisão constitucional operada em 1982 é a consagração do princípio da continuidade dos trabalhos parlamentares e de que a Assembleia da República está, portanto, em funcionamento permanente; não é um órgão intermitente durante a legislatura. Assim sendo, a Comissão Permanente assume as funções do Plenário durante a interrupção das sessões do Plenário. Mas a Assembleia da República está em pleno funcionamento e, assim sendo, a própria transparência da sua actividade e do seu funcionamento implica, quanto a nós, a presença dos meios de comunicação social nas sessões da Comissão Permanente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Já agora e em questão prévia, punha esta situação, mais ou menos insólita, que me faz deslocar do fundo da sala para aqui, para poder falar ao microfone: julgava de toda a conveniência que, pelo menos, cada grupo parlamentar tivesse o seu microfone e que a Mesa tivesse outro.

Em relação à questão da presença dos órgãos de comunicação social na reunião da Comissão Permanente, não vejo razão para que não estejam, até porque já é dada publicidade a estas reuniões através da publicação das actas. Portanto, não há razão nenhuma para que, em cima da reunião, não esteja a comunicação social, para poder, em tempo, informar o povo português.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu levantei este problema à guisa de interrogação na última reunião. Penso que teria sido, portanto, o deputado a quem o Sr. Deputado João Amaral se referiu. Levantei-o, no entanto, inoportunamente, na medida em que, não sendo membro da Comissão Permanente, não tinha completamente presente o próprio regimento da Comissão Permanente.

O Sr. Deputado João Amaral fê-lo hoje, portanto com outra oportunidade, uma oportunidade certa, no início da reunião.

Também penso que a importância dos temas a tratar e o próprio estatuto institucional que tem esta Comissão Permanente no quadro da Assembleia da República tornariam aconselhável que as suas sessões fossem abertas à comunicação social, para haver um relato e uma informação directos.

Não se vai passar aqui nada de confidencial, tudo vai ser publicado, portanto será preferível que haja um conhecimento directo do que um conhecimento, depois, um pouco distorcido. Aliás, várias comissões desta Assembleia reúnem, por vezes, de forma aberta — é o caso da Comissão de Finanças e do Plano, na altura da apreciação do Orçamento. Não vejo razão nenhuma para, digamos, estar apenas a dar um acesso ao que aqui se passa, algumas semanas depois, aquando da publicação das actas desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Sr. Presidente, nós pedimos uma interrupção de 5 minutos, para apreciar esta questão levantada pelo Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **Presidente**: — Está concedida, Srs. Deputados. Recomeçamos daqui a 5 minutos. Mas peço o favor de serem mesmo 5 minutos.

Eram 15 horas e 37 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 52 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Estamos em condições de votar a proposta do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, vamos votar a proposta para que esta reunião da Comissão Permanente seja aberta à presença dos órgãos de comunicação social.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Sr. Presidente, nós gostaríamos de ter uma maior precisão. É o período de antes da ordem do dia ou é toda a reunião da Comissão Permanente? Nós ficámos com a ideia de que era o período de antes da ordem do dia.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — É toda a reunião!

O Sr. **José Vitorino** (PSD): — Isso não pode ser!

O Sr. **Presidente**: — Segundo interpretei, era a reunião da Comissão Permanente.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Toda a reunião da Comissão Permanente?

O Sr. **Presidente**: — Toda a reunião.

Pausa.

Podemos então votar, Srs. Deputados, com o braço levantado.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Como a proposta foi aprovada por unanimidade, eu digo aos serviços para fazerem o favor de abrir a porta e comunicar que a sessão é pública.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós votámos favoravelmente a proposta apresentada pelo PCP depois de ponderar as circunstâncias regimentais em que esta proposta nos foi apresentada, tendo em vista que, nos termos do Regimento da Assem-

bleia, há um carácter público das reuniões plenárias, nos termos do artigo 120.º do Regimento da Assembleia da República, e para que as reuniões possam ser públicas, no âmbito da Comissão Permanente, isso deriva da necessidade de uma ponderação em cada reunião da Comissão Permanente que se realize nos termos do artigo 8.º

Esta votação, portanto, que nós hoje fizemos, dando carácter público a esta reunião, para voltar virtualmente a ser repetido noutras circunstâncias, exigirá sempre uma nova tomada de posição em cada reunião que houver da Comissão Permanente, nos termos do Regimento da Comissão, que neste ponto difere, como se sabe, do Regimento do Plenário da Assembleia da República.

Daí que sentíssemos a necessidade de, nos próprios termos regimentais, fazer formalmente uma votação sobre este caso, como virtualmente teremos de fazer se outras propostas no futuro, no âmbito da Comissão Permanente, neste sentido, vierem a ser apresentadas.

O Sr. **Presidente**: — Eu penso que teve para seu esclarecimento, Sr. Deputado, o facto de eu dizer que o que votámos foi que esta sessão da Comissão Permanente era pública.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Menzes.

O Sr. **Marques Mendes** (PSD): — Efectivamente, ponderando o próprio Regimento e ponderadas, inclusivamente, as alterações que foram introduzidas quanto à própria natureza e funcionamento desta Comissão, nós entendemos que deve, efectivamente, ser dado esse acesso caso a caso, e esta é igualmente a nossa posição — tal como foi dito agora pelo Sr. Deputado Jorge Lacão —, que é caso a caso que apreciaremos e tomaremos a nossa posição.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Propusemos e votámos, em coerência, a favor do carácter público, portanto com a participação da comunicação social nesta reunião da Comissão Permanente, nos termos do Regimento, por entendermos que, na verdade, estando neste momento os trabalhadores da Assembleia da República limitados ao funcionamento da Comissão Permanente e de ser este, neste momento, o único *forum* parlamentar onde os problemas do País, os problemas políticos e todos os problemas do País, têm sede de discussão, de debate e de definição de posição das diferentes forças partidárias, nos parece adequado que o País tenha conhecimento dos nossos debates, das nossas decisões, das nossas deliberações e das posições que cada partido define sobre os problemas nacionais que para qui são trazidos.

Pensamos que isso, longe de diminuir a importância, o significado e a dignidade destas reuniões, aumenta essa importância, esse significado e essa dignidade.

Eu, por exemplo, constatei que hoje de manhã alguns órgãos de comunicação social não noticiavam a realização desta reunião da Comissão Permanente. E isto pode, enfim, não ser fruto do acaso, mas desta

circunstância: de se tratar de uma reunião que, em princípio, provavelmente, a comunicação social contava que não fosse aberta aos seus representantes.

Pensamos, por isso mesmo, que a publicidade dos trabalhos da Comissão Permanente pode jogar a favor do prestígio da Assembleia da República e do prestígio deste próprio órgão, como órgão que representa toda a Assembleia da República nas circunstâncias presentes.

O Sr. Presidente: — Podemos entrar agora no período de antes da ordem do dia.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Recebeu-se um ofício do PSD comunicando que o Sr. Deputado Lemos Damião substitui o Sr. Deputado Fernando Condesso e que o Sr. Deputado Antunes Francisco da Silva substitui o Sr. Deputado João Salgueiro.

Queria comunicar à Comissão que tive as minhas dúvidas sobre este tipo de substituições, mas pareceu-me que elas são perfeitamente legítimas, na medida em que o que a Assembleia aprovou foi a participação de representações partidárias na Comissão Permanente, não indicando quais os Srs. Deputados que faziam parte de cada grupo parlamentar.

Portanto, na minha opinião, as substituições podem sempre fazer-se, mas seria realmente útil que os grupos parlamentares comunicassem com uma certa antecedência, na véspera, pelo menos, ou talvez na manhã do próprio dia, as substituições que pretendem fazer. Eu penso não haver oposição a este ponto de vista.

Contudo, também da parte da representação do PCP aparece em substituição do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa a Sr.^a Deputada Zita Seabra, que assinou a sua presença. Mas, depois, parece que está substituída pelo Sr. Deputado Carvalhas. Isto é que já me parece uma substituição assim um bocado, digamos... Porque só dá confusão aos serviços. Contudo, eu penso que não há inconveniente na presença dos Srs. Deputados aqui.

Anotar-se-á na lista de chamadas que foi o Sr. Deputado Carvalhas que participou nesta reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado.

É que na ordem que nos foi entregue, no documento, diz-se «Sr. Deputado Antunes Francisco da Silva». Há um lapso, é «Francisco Antunes da Silva». É um lapso facilmente compreensível, mas em todo o caso é para evitar qualquer confusão.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nós aceitamos a observação feita pelo Sr. Presidente. Futuramente procederemos em conformidade com a sugestão que foi feita. Em todo o caso, desta vez não tivemos isso

em consideração porque nós temos uma certa estabilidade na nossa representação. Portanto, neste momento estou eu, está o meu camarada Jorge Lemos, o meu camarada João Amaral e está ainda o vice-presidente do grupo; mantemos uma certa estabilidade. Portanto, por vezes há um deputado que não pode estar presente e nós aí não temos...

Em prática, cremos que outros grupos têm agido do mesmo modo.

Não temos sido muito rigorosos, mantendo uma certa estabilidade na representação. Portanto, em relação a um ou outro deputado que não pode vir num dia, ou que só pode estar uma parte, não temos sido rigorosos. Mas não temos dificuldade em atender o ponto de vista do Sr. Presidente e segui-lo-emos proximamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Srs. Deputados, também nós precisamos de definir a nossa posição nesta matéria, visto que as observações do Sr. Presidente introduzem uma cambiante, ou seja, até à data as substituições faziam-se por mera substituição no livro dos deputados titulares da Comissão Permanente. Só haveria necessidade de oficiar quando o titular da Comissão Permanente era substituído, também a título permanente, por outro deputado.

Neste sentido, creio que os deputados socialistas que substituem, neste momento, os deputados titulares da Comissão Permanente apenas fizeram a substituição no livro, como tem sido habitual.

Não nos importamos de adoptar o procedimento que o Sr. Presidente recomendou, mas também cremos que ele não é assim tão necessário.

Em qualquer dos casos, se o Sr. Presidente quiser fazer doutrina nessa matéria, não tem a nossa oposição.

O Sr. Presidente: — É só porque facilita os serviços e é bom que se facilite o trabalho alheio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Eu reforço a sugestão do Sr. Deputado do CDS no sentido de, se de facto...

O Sr. Presidente: — Já tentei providenciar, Sr. Deputado. Não é muito simples, mas talvez ainda...

O Orador: — A nós aqui, aos pequenos partidos, bastava um microfone para os 3, mas, de facto, aqui é um bocado incómodo circular o mesmo microfone.

Eu também estou em substituição, como se sabe. Eu também estava convencido de que o tipo de mecanismo era como o Sr. Deputado Carlos Lage indicou, tanto que estranhei estes 2 ofícios do PSD. Mas, enfim, estranhei no sentido de, digamos, que seria o chamado excesso de zelo, mas não tem importância nenhuma.

Há pouco tinha-me surgido uma dúvida sobre se era uma substituição com membros da Comissão Permanente. Está claro na própria ordem do dia e na leitura que é uma substituição só por duas reu-

niões. Agora eu penso que pode ser um bocado complicado nalguns casos estar a transformar em regra a substituição para uma reunião, porque a substituição para uma reunião, por vezes, pode dever-se a factores accidentais, como uma deslocação que se prolongou, como uma ausência accidental de Lisboa, etc. Portanto, dá-me a impressão de que, se aos serviços facilitaria, como disse o Sr. Presidente, aos deputados facilitaria o mecanismo que o Sr. Deputado Carlos Lage indicou, que é a substituição como membro da Comissão Permanente ter de ser obrigatoriamente comunicada; a outra, poder ser comunicada ou não — embora facilitasse comunicar —, consoante a antecedência com que os membros da Comissão Permanente indicaram a necessidade de se fazer substituir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fica a sugestão. Facilita o trabalho dos serviços se comunicarem com antecedência as substituições.

O que precisa, porque então complica muito mais, é que o deputado que assina a presença esteja presente e não seja substituído por outro, porque isso tem já complicações até de tesouraria e mais . . .

O Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente

Cartas

De José Reis de Oliveira, residente em Falgaes, Fátima, chamando a atenção para o facto de há 18 anos se arrastar o seu processo nos serviços militares e na Caixa Geral de Aposentações, para lhe ser atribuída a competente pensão de invalidez, resultante da incapacidade que adquiriu como soldado condutor em Moçambique.

Ofícios

Da Câmara Municipal de Leiria, solicitando o apoio desta Assembleia para a rápida efectivação da fixação naquela cidade da Delegação da Polícia Judiciária já criada, e que tem vindo a arrastar-se desde há anos.

Da Assembleia Municipal de Olhão, a enviar um documento aprovado em sessão ordinária de 9 de Julho, considerando a necessidade de o Governo e demais entidades competentes viabilizar em Olhão projectos e investimentos, nomeadamente nos sectores da pesca e do turismo.

Da Câmara Municipal de Benavente, a remeter cópia de uma deliberação tomada em reunião de 27 de Junho passado, na qual manifesta a sua preocupação, relativamente aos encargos das câmaras municipais, com os vencimentos dos funcionários que aguardam publicação da sua aposentação no *Diário da República*.

Telegramas e «telexes»

De diversos sindicatos, manifestando-se contra a detenção dos dirigentes e delegados sindicais da

CIFA, no passado dia 13, frente à residência do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, embora estas informações que vou dar se refiram fundamentalmente a uma conferência dos líderes parlamentares, e eu aproveitava para convocar para amanhã, ao meio-dia, uma conferência dos presidentes para se tratarem destes assuntos. Eu creio que poderia dar a todos uma breve informação, não para discutir mas para tomarem conhecimento de alguns assuntos.

Como sabem, estão a ser executadas algumas obras. Aquelas que mais me preocupam são as da sala das sessões, mas o empreiteiro ainda hoje voltou a garantir que as obras estarão prontas no fim deste mês. O refeitório vai ser aberto, o bar talvez depois do dia 15 de Outubro.

Estão previstas visitas ao Parlamento de uma delegação da Coreia do Norte, que deve chegar a 23 de Outubro; dos Reis da Bélgica, que também chegam a 23 de Outubro; de Suas Altezas Reais, o Grão-Duque do Luxemburgo, que visita Portugal em 11 de Outubro (está prevista para as 16 horas); uma delegação da Câmara dos Representantes da Dieta Japonesa, que está prevista para o dia 2 de Outubro, e uma visita do Presidente da República da China.

Sucedem que algumas destas visitas estão marcadas — não foram marcadas por nós, mas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Protocolo, embora sejamos consultados (não demos ainda a nossa resposta) — para um sábado como, por exemplo, a do presidente da República da China, pelo que é de chamar a atenção aos Srs. Deputados que a vossa presença — se eles vierem ao Parlamento, como é natural — é importante.

Por outro lado, recordei ainda a eleição de um Juiz para o Tribunal Constitucional. Já foi publicada no *Diário da República* a notícia da vacatura do cargo; recebeu-se, aliás, uma carta do Sr. Presidente do Tribunal Constitucional comunicando o facto.

Finalmente, está prevista a deslocação da estátua de José Estêvão, conforme já foi dito, para o largo fronteiro-lateral da Assembleia. Não está ainda fixada em absoluto a data — que poderá ser no dia 5 de Outubro ou em outra data —, mas isso vamos resolver na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares e, ao mesmo tempo, analisar um ofício recebido da ASDI, propondo que a abertura dos trabalhos parlamentares, da segunda sessão legislativa, se faça com uma sessão solene nesse dia. Este assunto será posto também, portanto, na reunião dos líderes parlamentares.

Quanto a informações, da minha parte está tudo. Não há mais informações.

Estão inscritos para intervenções os Srs. Deputados José Vitorino, Carlos Brito, Carlos Carvalhas e Helena Cidade Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, eu, de facto, pedi a palavra para fazer uma intervenção. No entanto, tenho como quase seguro que o tempo não será suficiente. Não vou pedir prolongamento do tempo, de qualquer forma pedia a compreensão, se estivessem de acordo, para que aquela parte ou partes que eu não conseguir ler se podiam ficar re-

gistadas no *Diário*. Era essa a nota prévia que punha.

Se não for aceite, obviamente que ficará apenas aquilo que referir. Eu não vou é ultrapassar o tempo.

O Sr. Presidente: — Por minha parte não vejo inconveniente algum. Se não houver objecção, assim se fará, Sr. Deputado.

Para um interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, eu tenho pena de fazer esta objecção, porque suponho que o assunto é importante e só ele justifica este tipo de intervenção. Mas eu serei mais favorável a que haja uma tolerância da conferência no sentido de permitir ao Sr. Deputado que use de maior tempo do que de haver uma parte da sua intervenção que seja publicada no *Diário da Assembleia da República* sem que nós dela tenhamos conhecimento. Pode ser uma parte que, precisamente, justificasse do nosso lado qualquer intervenção, qualquer comentário ou qualquer resposta. Creio que o *Diário da Assembleia da República* deve reflectir, exactamente, o que se passa nas sessões e seria um mau princípio que o *Diário da Assembleia da República* inserisse intervenções que não foram ouvidas por todos os Deputados e sobre as quais eles não se podem pronunciar quando poderiam ter alguma coisa a dizer, de concordância ou de discordância.

Portanto, estou predisposto a permitir que o Sr. Deputado José Vitorino utilize mais tempo, se julga que isso é necessário, mas não estou disposto a aceitar que permitamos a inclusão no *Diário da Assembleia da República*, sob a forma de intervenção, de textos que não foram por nós ouvidos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Vitorino tem alguma ideia do tempo que demorará a sua intervenção?

O Sr. José Vitorino (PSD): — De facto, não tenho nenhuma ideia precisa, Sr. Presidente. No entanto, não faço questão, quer dizer, posso prolongá-la por mais alguns minutos, posso até ficar-me pelos 5 minutos e o resto do texto não ficar registado no *Diário da Assembleia da República*. Não faço questão de maior; limitei-me apenas a apresentar o pedido.

De qualquer forma, posso desde já adiantar que o meu grupo parlamentar não fará mais nenhuma intervenção, embora seja certo que não há aqui o princípio da acumulação dos tempos quando os representantes dos partidos nesta Comissão os não usam . . .

Portanto, se assim entenderem, usarei os 6 ou 7 minutos e registar-se-á no *Diário da Assembleia da República* apenas aquilo que eu aqui disser. Repito que não faço qualquer questão nisso.

O Sr. Presidente: — Ao que julgo para se pronunciar também sobre o assunto, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Exactamente, Sr. Presidente, e serei muito breve.

De facto, a minha posição vai também no sentido de achar preferível que sejamos liberais e tolerantes no tempo a conceder ao Sr. Deputado José Vitorino, mas, como teremos de estabelecer um limite, poderíamos talvez fixar como tempo máximo o dobro daquele a que ele tem direito, já que ele considera que o assunto é importante.

É que de facto o princípio de entregar um texto em relação ao qual não há possibilidade de comentário ou de resposta não nos parece efectivamente muito adequado.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, se me dá licença, gostaria de repetir que, sendo esse entendimento, não vejo qualquer inconveniente em que assim se proceda.

O Sr. Presidente: — Só quero dizer que este procedimento não sirva de exemplo...

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, nós, por mimica, já tínhamos dado uma indicação de que não fazíamos questão. Em todo o caso e uma vez que o Sr. Deputado Magalhães Mota levantou o problema, problema que aliás nós já havíamos discutido, também nos parece preferível o procedimento sugerido pelo Sr. Deputado Magalhães Mota.

Achamos que se pode assentar numa tolerância de tempo que permita ao Sr. Deputado José Vitorino usar, por exemplo, 8 minutos. Creio que ninguém levantará problemas. De resto, se ele fosse mesmo até aos 9 minutos essa era uma pequena tolerância sobre a tolerância (*risos*) sem que isso se constitua em precedente. É apenas atendendo a um pedido.

Agora, vamos ver é o que é que o Sr. Deputado José Vitorino diz, não é!? Todos nós concedemos na tolerância pensando que se trata de uma questão muito importante — ele assume uma grande responsabilidade...

Risos.

O Sr. Presidente: — Como estamos todos esclarecidos, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Vitorino para que produza a sua intervenção.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu coloquei pura e simplesmente a questão, para não me ver na situação de, esgotado o tempo de que dispunha, dizer que terminava a intervenção quando ela ainda estava longe do fim. Foi só por isso.

Entrando agora no assunto que pretendo abordar, gostaria de começar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizendo que, infelizmente e por razões lamentáveis, o Algarve tem sido muito falado nas últimas semanas. Muito se tem dito e escrito sobre os problemas verificados em Albufeira e talvez por isso haja por vezes a tentação de dizer que já se falou o suficiente ou já se falou de mais. Penso que não, ou melhor, penso que se falou o suficiente sobre determinados aspectos mas ainda se aprofundaram pouco ou com ar pouco decidido as questões essenciais. Daí justificar-se esta minha intervenção de ho-

je que entendo ser para defesa dos interesses do País e do Algarve. Polémica, discussões e acções estereis mais ou menos espectaculares já houve a mais e, porque o País não vive delas e pode afogar-se nelas, não me deterei sequer aí.

Os factos são conhecidos, mas as consequências ainda não são contabilizáveis. De qualquer forma, os prejuizos são evidentes, tendo-se criado um clima de instabilidade social e psicológica, acompanhado de mais uma forte machadada na nossa imagem turística, sabendo-se como, em todo o mundo, Albufeira ainda é hoje, e justamente, um símbolo do Portugal e do Algarve turístico.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este caso não é virgem. O Algarve infelizmente no sector turístico já tem a sua história das grandes crises e dos grandes sobressaltos. Primeiro, foram os problemas da água, depois, as fugas de gás e agora os desarranjos intestinais. Em todos eles houve muita especulação e tentativa de aproveitamento por agentes diversos, mas uma coisa é certa: «deu-se de flanko», e abriu-se a possibilidade a essa especulação.

Considerando o que o turismo representa para nós em termos económicos e financeiros, terá de se dizer antes de mais que o País não pode continuar a sujeitar-se a isto e daí que, finalmente e após esta terceira ocorrência, seja tempo de, de vez e de uma vez, se atacarem as causas profundas da situação que constituem como que um vulcão em erupção permanente com o lançamento da lava destruidora.

São 3 os factores mais preocupantes que têm provocado a situação existente, a saber: os esgotos, os problemas de abastecimento de água e a falta de planeamento e ordenamento do litoral algarvio.

Quanto aos esgotos, a Comissão de Planeamento Básico (CSBA), que foi nomeada em 1980, fez o possível, corrigiu o possível e tratou da maneira possível a «pesada herança» que o Gabinete de Planeamento do Algarve (GAPA) lhe havia deixado, isto é, uma situação em que das 14 estações de tratamento de águas residuais instaladas apenas 6 funcionavam, e algumas mal, com o material a degradar-se de forma quase criminosamente.

Avançou-se com uma linha de crédito de 3 milhões de contos, mas essa verba hoje está esgotada e ainda assim os problemas mais urgentes não estão solucionados.

Pode dizer-se que a primeira fase irá terminar talvez em 1986 com a resolução dos problemas deixados em curso pelo extinto GAPA e algumas outras situações de recurso. Essa foi a primeira fase do curso, mas tem de entrar-se de imediato na segunda fase, que se poderá denominar fase planeada.

É que para além do que falta fazer, mesmo no caso em que as estações de tratamento estão operacionais, a sua capacidade aproxima-se perigosamente dos limites. Daí que se pergunte: como enfrentar a segunda fase, estimando-se, como se estima, que são necessários 4 a 5 milhões de contos, a investir durante 5 a 6 anos, para que o problema possa ser resolvido de forma duradoura em termos temporais?

As câmaras não têm capacidade financeira para o efeito e muitas delas já atingiram o limite legal de endividamento. Daí que haja como única solução a atribuição de verbas especiais através do Orçamento do Estado para este efeito.

Em relação ao segundo factor — a água —, o equilíbrio hoje é instável. Não se faz mais desenvolvimento agrícola porque as pessoas receiam pela falta de água para consumo doméstico. Têm-se resolvido os problemas mais candentes, mas bastará um inverno menos chuvoso que o último, que foi muito bom, para que surjam problemas de rotura. Daí que não se possa continuar mais a fazer que se anda para a frente, mas não anda na construção das barragens. Há, pois, que encetar a sua construção de forma decidida e definitiva.

Quanto ao terceiro factor — o ordenamento e planeamento litoral —, a situação é conhecida, a degradação é evidente, a qualidade de vida é afectada e daí também a falta de estruturas de apoio ligadas à água, esgotos, segurança, saúde, etc., para dar resposta a esses problemas.

É por isso que entendemos de toda a permência iniciar um plano de ordenamento para o litoral algarvio. Haverá muitos que o não querem, obcecados pelo lucro imediato ou por outro tipo de condutas, mas ainda assim compreenderão que essa é a única política de prazo possível para não destruir um Algarve próprio turisticamente, que não deve confundir-se com o sul de Espanha, com o qual, obviamente, não podemos competir, porque somos muito mais pequenos.

De facto, a única competição possível situa-se ao nível da qualidade dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está em causa é não aderir à tentação de resolver agora o problema de Albufeira, deixando tudo na mesma.

É esta a questão de fundo que se põe.

Faça-se frente ao imediato, com certeza, mas sobretudo planeie-se um futuro de segurança, como exigem os interesses do País, dos investidores e dos trabalhadores.

Mas tudo isto exige vontade política e dinamismo. E não se trata de privilegiar o Algarve, como alguns poderão pensar e até dizer se tudo isto for por diante. Não se pode pensar isso, porque de facto está em causa a nossa riqueza turística, que não é apenas do Algarve, mas de todo o País. Os cidadãos do Algarve não têm benefícios especiais com o turismo. Pelo contrário, têm um custo de vida mais elevado do que qualquer outra zona do País.

Não nos fazemos vítimas, não queremos fazer privilegiados, mas há que fazer aquilo que o País justifica.

Não propomos um «gabinete de crise» para a situação, mas exige-se que o Governo tome a seu cargo esta situação sem assumir atitudes bombásticas, mas com serenidade e urgência para que toda a dimensão do problema seja equacionada.

Por outro lado, também não se compreende que a Comissão Regional de Turismo do Algarve ainda não tenha reunido. Não se compreende isso quanto o devia ter feito com a presença de membros do Governo para analisar a situação em toda a sua globalidade e em toda a sua gravidade. Não vale a pena meter mais a cabeça debaixo da areia. É tempo de fazer; urge fazer; faça-se então!

O Sr. Presidente: — Está inscrito a seguir, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Brito, a quem concedo a palavra.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de fazer a intervenção que trago preparada, quero dizer que ouvi com toda a atenção a intervenção do Sr. Deputado José Vitorino e anunciar para amanhã uma intervenção minha sobre o mesmo assunto, isto é, sobre a situação do Algarve e o turismo.

Hoje estou encarregado pelo meu partido e pelo meu Grupo Parlamentar de fazer a seguinte intervenção:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o adiamento dos debates na 4.^a Comissão e na Assembleia Geral das Nações Unidas a questão de Timor-Leste corre o risco de cair num novo eclipse, longo e profundo.

A nosso ver é obrigação da Assembleia da República não permitir que isso aconteça numa questão em que a linha de rumo está traçada na própria Constituição e em que comprovadamente está em jogo a honra nacional.

Esta preocupação, devo dizê-lo, tem estado presente em muitos sectores da Assembleia da República e é ela que explica a iniciativa que levou, em duas legislaturas sucessivas, à criação de uma comissão eventual para o acompanhamento da questão de Timor-Leste (comissão a que demos desde a primeira hora o nosso apoio e contribuição empenhada).

É inquestionável que o adiamento dos debates da ONU correspondeu aos desejos e serviu os interesses da Indonésia.

Diga-se o que se disser, são indisfarçáveis as responsabilidades da diplomacia portuguesa neste pobre resultado.

Mais do que apurar, no entanto, estas responsabilidades, o que nos preocupa neste momento é saber qual o caminho que da parte do Governo se tenciona seguir para que não nos encontremos de aqui a alguns meses na mesma situação ou numa situação ainda pior do que aquela em que nos encontramos agora.

Todas as informações coincidem em que as forças fascistas da Indonésia que ocuparam Timor em 1975 se entregam à prática das maiores violências contra o povo maubere, com assassinatos em massa e atrocidades de toda a ordem que assumem o carácter de um verdadeiro genocídio.

Todas as informações confirmam também que o povo maubere resiste real e heroicamente à ocupação criminosa e que essa resistência é conduzida por uma força política — a FRETILIN.

Nenhum de nós ignora também o imperativo constitucional que estabelece no artigo 297.º que «Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste».

Todos sabemos, finalmente, que, em face da ONU, Portugal é a potência administrante.

Não há maneira de atenuar, por qualquer forma, as obrigações especiais do nosso país para com o povo de Timor-Leste.

A posição do Governo quanto à realização do imperativo constitucional a estas obrigações políticas e morais tem sido tudo menos claro, registando-se até declarações oficiais que manifestamente vão num sentido completamente oposto, como o de se «pretender uma solução idêntica acordada entre a União

Indiana e Portugal no caso de Goa», atribuída ao Primeiro-Ministro. O que claramente apontava para a solução de reconhecimento de facto consumado, a aceitação da anexação e entrega do povo maubere aos seus opressores.

Ultimamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, anunciou que «não há solução para o problema de Timor se não forem criadas as necessárias condições, permitindo que o povo de Timor-Leste exerça o seu direito à autodeterminação e seja salvaguardada a sua identidade específica, religiosa, linguística e cultural».

Repare-se como se suprime qualquer referência à identidade nacional, antes de se sublinhar que a nossa Constituição fala de independência e não apenas de autodeterminação.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto coloca como questão de grande actualidade e prioritária em toda esta matéria, a de saber-se como é que o Governo vê a efectivação do comando contido no artigo 297.º da Constituição. Importa também conhecer nas suas linhas gerais quais as iniciativas que estão em curso e quais as novas iniciativas que vão ser tomadas para esclarecer e modificar as relações de voto que se tem verificado na ONU, designadamente em relação a países aliados de Portugal. Seria de uma grande importância conhecerem-se os resultados das conversações entre o Governo Português e o Governo dos Estados Unidos sobre esta questão para se poder avaliar com o que podemos contar.

Um dos aspectos mais deploráveis da conduta do Governo em relação à questão de Timor-Leste é a atitude para com a FRETILIN que encabeça a resistência ao invasor fascista e assume a legítima representação do povo de Timor-Leste.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Resultam para nós particularmente chocantes as explicações de «falta de tempo» invocadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para não se encontrar com o representante da FRETILIN nas Nações Unidas.

O PCP reafirma à Assembleia da República a sua firme convicção de que os destinos dos povos não podem ser negociados contra a sua própria vontade. Por isso mesmo entendemos que nenhuma negociação podem decidir do futuro de Timor-Leste sem a participação do próprio povo de Timor-Leste e dos seus legítimos representantes — a FRETILIN.

Iniciámos esta intervenção chamando a atenção para o papel da Assembleia da República, reafirmando frontalmente a nossa disponibilidade para dar uma contribuição activa ao reforço da comissão parlamentar eventual para Timor-Leste. Gostaríamos de saber o que foi respondido aos representantes da FRETILIN que pediram para se avistar com a Assembleia da República.

Parece-nos oportuno recordar que se efectua em fins de Setembro a reunião de Outono da UIP, estando agendado um ponto na ordem de trabalhos especificamente dedicado às questões da autodeterminação e da independência.

Isto pode constituir a nosso ver uma boa oportunidade para da parte dos deputados portugueses se realizar uma activa intervenção no sentido do desmascaramento da criminosa opressão Indonésia sobre o povo maubere e da luta que este está a travar pela autodeterminação e independência. Pela nossa parte podemos garantir que não deixaremos perder a oportunidade, e nesta reunião de Outono da UIP como noutras reuniões anteriores, desenvolveremos todos os esforços para uma acção solidária com Timor-Leste.

Sublinhamos, no entanto, para terminar que nada pode substituir a acção do Governo Português . . .

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — . . . e que este está obrigado pela legalidade constitucional, pela honra e as palavras nacionais, pelo respeito dos direitos humanos do povo maubere a desenvolver uma intensa acção política diplomática tendo em vista assegurar a autodeterminação e independência de Timor-Leste.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, posso desde já informá-lo de que não recebi nenhum pedido de audiência da parte da FRETILIN.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE quer dar aqui conta da sua enorme preocupação quanto ao que se está a passar relativamente aos ensinos técnico-profissional e profissional.

Vamos entregar na Mesa um requerimento, que entendemos dirigir expressamente ao Sr. Ministro — contamos por isso que o Sr. Presidente da Assembleia da República o faça chegar com o máximo de brevidade —, porque de facto toda a política que está inerente ao Despacho Normativo n.º 142/84, de 22 de Agosto, não está explicitada, para além da gravidade de estar a alterar o sistema educativo sem prévio conhecimento da Assembleia da República.

Há perguntas a que todos nós gostaríamos de saber responder mas que pelo menos o meu grupo parlamentar não sabe. Dou alguns exemplos:

Que estudos prévios baseiam as escolhas efectivas das pelas comissões coordenadoras regionais?

Foi feito algum levantamento das necessidades presentes, alguma projecção das necessidades de emprego, mesmo a curto prazo?

Os cursos criados correspondem àqueles que foram pedidos pelas escolas? pelas empresas? pelas autarquias? por outras «entidades privadas»?

Teve-se em conta qualquer planeamento da economia, qualquer reestruturação regional, foi pelo menos consultado o plano tecnológico do Ministério da Indústria?

Alguns cursos iniciados no ano anterior fecharam por desinteresse dos alunos ou por falta de professores, qual é o significado de tal facto?

Antes de se avançar para esta chamada 2.^a fase foi feita alguma avaliação da mini-experiência do ano passado? Isto porque os recursos financeiros em Portugal têm de ser bem geridos e as populações não podem ser mais alvo de experiências frustradas.

Qual o investimento feito pelos alunos em cursos que transformavam miraculosamente os normais programas escolares dos 10.º e 11.º anos em fonte de emprego imediata?

Quais os cursos de mais pronta aceitação?

Como estão a ser formados, a que velocidade e em que quantitativo os monitores indispensáveis à intensificação da área profissional dos cursos complementares? Com que critérios?

Por outro lado, também não sabemos se está previsto o desgaste que a frustração vai, uma vez mais, levar a jovens cujo possível e prometido emprego continua bloqueado.

Como explica o Ministério da Educação a dificuldade dos alunos em se matricular em nos cursos profissionais e técnico-profissionais?

Qual a oportunidade e como é que o Governo pode tomar a responsabilidade do alargamento expresso do prazo de matrícula e a intensificação da campanha de «aderentes» feita em toda a comunicação social?

Gostaríamos ainda de saber — e pensamos que a Assembleia da República deveria de estar informada sobre isso — como é que se tem alterado o sistema educativo. Assim sendo, quantas e quais são as vias de ensino que se abrem neste momento para o ensino superior?

Como tenciona o Governo desbloquear o ensino superior, já que o *numerus clausus* se mantém e o ensino superior politécnico continua a produzir principalmente comissões instaladoras?

Como está a ser articulada a saída do curso secundário para o curso superior?

Pensamos que estes pontos de vista são básicos para o desempenho da função de deputados e por isso queremos vê-los esclarecidos.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na última reunião da Comissão Permanente o PCP propôs que esta reunião fosse reservada à apreciação da grave situação económica, financeira e social do País, convocando-se para o efeito o Governo, designadamente através do Ministério das Finanças.

Que essa apreciação era necessária não foi contestado na altura por qualquer bancada. Porém, ao aprovar ontem mesmo uma proposta de orçamento suplementar para o ano em curso, o Governo veio dar redobrado fundamento à exigência de clarificação da situação orçamental do País.

Torna-se assim inquestionável que o recomeço dos trabalhos parlamentares deve ser assinalado pela apreciação da acelerada degradação do quadro económico e financeiro do País.

Com efeito, os últimos dados oficiais do Plano para 1984, entregue agora (em Setembro!) no Conselho Nacional do Plano, vem revelar a política de ruína que o Governo vem prossequindo. Assim, o PIB que o Governo previa decrescer 1,4 %, em 1984, fixou-o agora em menos 1,5 %, embora a OCDE e outros organismos oficiais já o estimem em menos 2 %, o que significa que em 1984 se vai pro-

duzir a preços deste ano menos 60 milhões de contos que em 1983 e menos 75 milhões do que em 1982!

Se atentarmos ao crescimento efectivo da população e ao retorno dos emigrantes facilmente se conclui do que isto significa no rendimento *per capita* e no nível de vida da população.

É aliás o Plano que confirma que o consumo privado nacional que as GOP fixavam em menos 1,5 % para 1984, será afinal de menos 3 % devido no fundamental à quebra real dos salários. O Governo apontava nas GOP uma taxa de inflação anual de 24 %, mas agora é obrigado a reconhecer no Plano, que esta será da ordem dos 30 %. Por sua vez os aumentos salariais, segundo o Governo, permanecerão abaixo dos 20 %, o que significa mais uma acentuada redução dos salários reais da ordem dos 8,5 %!

E registe-se que nos 8 meses deste ano a média da subida de preços se situa já nos 31,3 % com subidas de 33,6 % para a alimentação e 36,5 % para as despesas de habitação (sem contar com as rendas), o que é revelador do peso brutal que recai sobre os orçamentos familiares das «classes» de menores rendimentos.

Os números oficiais afirmam que o desemprego atingia já no 1.º trimestre os 503 000 e a OCDE aponta para esta ano uma taxa de desemprego em relação à população activa de 11,7 %! Ao mesmo tempo desenvolve-se com toda a impunidade a praga dos salários em atraso.

A formação bruta de capital fixo (investimento) que as GOP fixavam em menos 9,2 %, depois de em 1983 já ter tido uma quebra de 5,2 % em relação a 82, terá afinal uma redução de 14 %, com tudo o que isto implica em relação ao aparelho produtivo, no presente e no futuro, pondo a nu com toda a evidência a demagogia do *slogan* governamental da modernização da economia.

E a situação é ainda mais preocupante quando o Plano nos revela que a formação bruta de capital fixo autorizada no sector empresarial do Estado para 1984 sofre quebras de 45,5 % na indústria; 46,5 % nos transportes; 27,7 % no equipamento social e 47,2 % no turismo!

O Plano confirma também a evolução negativa nas indústrias transformadoras (reafirmado pelos últimos índices do INE) e a gravíssima crise do sector da construção civil já patente em 1983 e que se prolonga por todo este ano, a evidenciar também a contínua degradação da situação da habitação, das escolas, dos hospitais e de uma maneira geral de todos os equipamentos colectivos e sociais. Perante esta regressão da actividade económica não é de espantar que se assista a uma redução do défice da balança de transacções correntes.

E não deixa de ser significativo que as consequências das políticas (monetaristas) de sucessivas desvalorizações do escudo venham mesmo espelhadas na evolução das importações e das exportações. Nas GOP fixava-se uma taxa de aumento das importações de bens e serviços em volume de 7 %, agora no Plano aponta-se para os 10 %. Só que apesar de se aumentar o volume das exportações o seu valor é em milhões de dólares estimado no Plano num valor inferior ao estimado nas Grandes Opções, o que só por si mostra a efectiva desvalorização da força do

trabalho nacional. Por outro lado, enquanto nas opções se fixava uma quebra das importações, o Plano mostra agora que esta quebra em milhões de dólares é afinal ainda maior, a traduzir o marasmo económico e a confirmar que a redução do défice se deve no fundamental à quebra daquelas (maquinaria e matérias-primas) em resultado da agonia do aparelho produtivo nacional.

E como consequência de toda esta política a dívida externa atingiu já, no fim de Maio, 15 066 milhões de dólares (cerca de 2340 milhões de contos) o que significa um aumento de 650 milhões de dólares desde o início do ano (apesar da venda de ouro). Estima-se ainda que a dívida externa atinja no fim do ano os 16 000 milhões de dólares o que representa, à cotação actual, cerca de 90 % de todo o PIB de 1984.

E a esta situação catastrófica há a acrescentar os «acordos com o FMI» sem qualquer intervenção da Assembleia da República e as indignificantes negociações com a CEE, bloqueadoras do desenvolvimento do País, marcadas por sucessivas concessões ao serviço de projectos pessoais e de grupo e altamente lesivas do interesse nacional e da independência nacional.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Neste quadro importa que a Assembleia da República possa exercer plenamente as suas competências, e em particular, seja examinada com urgência a anómala situação orçamental subjacente à apresentação do orçamento suplementar para 84. O Grupo Parlamentar do PCP continuará a desenvolver todos os esforços com vista à realização desses objectivos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Almerindo Marques.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — De facto, Sr. Presidente, pretende fazer uma contestação em relação a algumas afirmações do Sr. Deputado Carlos Carvalhas e simultaneamente pedir-lhe alguns esclarecimentos.

É fácil, efectivamente, fazer intervenções sobre a economia portuguesa, sobretudo quando se trata realmente de uma situação de crise económica mundial, fazendo uma série de citações dos indicadores menos favoráveis da evolução da conjuntura.

Isso é muito fácil e não dá grande mérito à intervenção. O importante é fazer a crítica e simultaneamente apresentar soluções alternativas. Esta é uma discussão muito antiga que temos vindo a ter na Assembleia da República e era importante que analisássemos as soluções alternativas.

Concretamente, porque vamos ter de nos circunscrever a tempos escassos, é importante que o Sr. Deputado tenha em linha de conta que algumas afirmações já ultrapassam o nível da técnica, da ideologia, das soluções alternativas, do que se queira. Nomeadamente — e é sobre estas duas que peço alguns esclarecimentos, caso o Sr. Deputado Carlos Carvalhas os possa fornecer —, quando V. Ex.^a refere que se alarga a «chaga» dos salários em atraso

— e estamos de acordo em que é uma «chaga» —, dê-me elementos mais concretos.

A segunda afirmação que gostaria de ver esclarecida e que, essa sim, é a mais importante no contexto de uma organização responsável, é a de dizer que a adesão de Portugal às Comunidades Económicas Europeias está a ser condicionada por — e peço desculpa se não foi isto que o Sr. Deputado disse — «indignificantes negociações», obedecendo sobretudo a projectos pessoais. Penso que isto são afirmações que carecem de demonstração porque são graves e que carecem de libertação de demagogias porque são seriamente responsáveis. Daí que eu lhe peça que me esclareça sobre o que lhe vai na mente quando faz estas afirmações.

Pela parte que me toca, dir-lhe-ei que a adesão de Portugal à CEE é um projecto nacional aceite pela larga maioria dos portugueses que naturalmente tem as dificuldades próprias que outros países já atravessaram, que tem espinhos como todas as rosas e, sobretudo, que exige uma inspectiva responsabilização de quem participa em todo este processo. Esta é, aliás, a boa razão pela qual o Governo se dispõe a vir discutir este assunto na sede própria, que neste caso é a Assembleia da República.

Peço-lhe, pois, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que me esclareça relativamente às duas afirmações referidas: «alastra a chaga dos salários em atraso» e «as negociações com a CEE obedecem a indignificantes negociações e a projectos pessoais».

Desde já lhe agradeço os esclarecimentos que me virá a proporcionar, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado Almerindo Marques, dou satisfação ao seu pedido dizendo-lhe, em primeiro lugar, que é conhecido, basta ler os relatórios, que mesmo onde o nosso país se insere, isto é, no quadro das economias da OCDE, para onde exportamos cerca de 80 % ou mais do nosso produto, há uma expansão. Portanto, não colhe o seu primeiro argumento, e não colhe nem técnica, nem política, nem ideologicamente, segundo o qual há uma crise mundial.

De facto há uma crise, simplesmente neste momento até há uma expansão, e havendo uma expansão a nossa economia regride.

Por outro lado é fácil demonstrar, quer ao nível da produção, quer ao nível da inflação, quer ao nível do investimento, que as nossas quebras são muito superiores às da crise geral do capitalismo. Portanto há aqui uma causa interna que não se pode reportar à crise do mundo exterior. E se há uma outra causa ela advém de quê? É óbvia a resposta: advém da política seguida da política monetarista, das políticas de sucessiva desvalorização do escudo que levam a que se aumentem as exportações em volume e se continue a receber o mesmo ou até menos em dólares e que por conseguinte levam à degradação de todo o aparelho produtivo, à estagnação, ao marasmo e ao desemprego.

O Sr. Deputado Almerindo Marques pode não gostar de ouvir isto, mas isto é a realidade comprovada tecnicamente por números oficiais e por dados

da OCDE. Aliás, todos os números e dados que eu citei são dados oficiais e da OCDE.

Quanto à questão das soluções alternativas, devo lembrar-lhe, Sr. Deputado, que nós propusemos aqui o debate e quem é que lhe quis fugir?

Por que é que o Governo não veio cá?

Por que é que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano não vem aqui?

Nós propusemos, repito, debater aqui a questão das negociações da adesão de Portugal ao Mercado Comum e por que é que os senhores votaram contra?

Por que é que o Governo anuncia que vem apresentar à Assembleia da República depois? Porquê? E quando?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo deve indicar a data.

Devia de ser já, porque agora é que era importante fazer-se esse debate. Mas nem sequer refere qualquer data, o mesmo se passando com o problema orçamental.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É fogo de vista!

O Orador: — Quanto aos salários em atraso, Sr. Deputado, dir-lhe-ei que são mesmo os relatórios oficiais, e até mesmo o Ministro do Trabalho e Segurança Social, que, apresentando números oficiais, vêm corroborar os nossos dados e reconhecer o agravamento da situação. Isto nem sequer merece contestação. Aliás, fiquei muito admirado quando o Sr. Deputado colocou essa questão.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Quanto aos projectos pessoais e à indignidade nas negociações com a CEE é sabido que por parte do Governo, designadamente por parte do secretário-geral do seu partido há toda uma campanha em marcha para o relançamento daquilo que em tempos foi a «Europa connosco». Isso vem nos jornais, é conhecido e, aliás, toda a gente sabe que o Sr. Primeiro-Ministro anseia pelo *consta d'accord*, pela tal declaração em que se vai dizer que as negociações já acabaram mesmo sem terem acabado, para se retomar a marcha do relançamento da «Europa connosco».

Mas, Sr. Deputado, o que é que tem vindo a ser feito em relação a questões como as da beterraba sacarina e do tomate, as questões do desenvolvimento regional — e quando os senhores falam em desenvolvimento regional eu pergunto o que é que se faz com as pescas e as conservas —, as questões da Siderurgia Nacional — e aqui eu pergunto o que é que se faz ao minério de Moncorvo, às pirites alentejanas, que vão ser metidas nas gavetas como já estão a ser por um plano não de expansão da Siderurgia Nacional mas daquilo a que se chama o plano de modernização da siderurgia por imposição da CEE? Ou será que o Sr. Deputado desconhece que o Sr. Conde D'Avignon já aqui esteve e que aceita uma modernização, isto é, uma pequena expansão da siderurgia, mas não com o aproveitamento do ferro de Moncorvo e das pirites alentejanas?

Será que isto é no interesse do nosso país, no interesse nacional? Acha que isto não é uma indignidade, Sr. Deputado?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Para protestar, tem a palavra o Sr. Deputado Almerindo Marques.

O Sr. **Almerindo Marques (PS): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Protesto no sentido de não estar de acordo, já que não tenho nada que protestar contra as opiniões alheias, desde que sentidas.

Por isso, gostaria que ficasse claro que não é pelo facto de as palavras me serem agradáveis ou desagradáveis que gosto ou não delas. Gosto ou não delas conforme traduzem ou não aquilo que penso ser a minha verdade. Portanto, eu não tenho que gostar ou desgostar, desde que se trate da verdade.

Façamos, pois, todos os nossos esforços para que expressemos a nossa verdade.

Em relação à questão das soluções alternativas, com certeza o Sr. Deputado vai ter a grande oportunidade, que ainda não nos proporcionou, de as apresentar no plenário da Assembleia quando numa próxima reunião discutirmos questões de fundo tais como revisão orçamental, Orçamento para 1985 e por aí adiante.

Então, aí, ficarei com a minha sincera disponibilidade para conhecer a vossa alternativa.

Relativamente às «indignificantes condições», etc., etc., o Sr. Deputado não me esclareceu nada; fez uma interpretação e citou jornais. Sr. Deputado, pela minha parte, dir-lhe-ei que respeito todos os jornalistas, mas que não creio que pelo facto de isso vir escrito em jornais tenha força para ser argumentação a produzir entre deputados.

O Sr. **Presidente: —** Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. **Carlos Carvalhas (PCP): —** Sr. Deputado Almerindo Marques, em relação à questão das soluções alternativas, devo dizer-lhe que já é altura de V. Ex.^a estudar os textos. Nós fizemos aqui uma interpelação ao Governo sobre política económica e apresentámos as linhas gerais fundamentadas de uma alternativa. O Sr. Deputado pode não estar de acordo com elas, mas até interessava que V. Ex.^a as contestasse do ponto de vista técnico, já que o abordou. No entanto, não as consegue contestar.

Aliás, e para acabar de vez com este tipo de argumentação, eu pedia ao Sr. Presidente que fizesse distribuir — porque há ali na biblioteca —, por exemplo, as nossas propostas para a saída da crise, propostas essas que apresentámos na Conferência em 1977 e em 1980 e que têm sido reformuladas praticamente em todos os anos.

Portanto, estude os textos, Sr. Deputado, e não venha aqui dizer que não temos e não apresentamos uma alternativa.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, não venha dizer que a crise que temos em Portugal é o reflexo da crise mundial, que é o reflexo da seca, que é o reflexo das cheias, deste ou daquele pretexto. Há uma política que vem sendo seguida há vários anos e cujo resultado está à vista. E a crise é de tal ordem

que agora o Sr. Deputado até diz «Bom, mas já é conhecida a crise». Mas é mesmo, Sr. Deputado, é reconhecida e agrava-se. E foi isso que eu procurei demonstrar aqui.

Quanto ao Mercado Comum, Sr. Deputado, aquilo que eu disse não resultou apenas do que veio nos jornais. Citei casos concretos, como o da Siderurgia Nacional e o da COMPAC. Portanto, dei inclusivamente nomes concretos e o Sr. Deputado não os contesta.

Aliás, Sr. Deputado, é ou não sabida a pressa com que se pretendem concluir as negociações, cedendo em tudo?

Em tudo, Sr. Deputado!

V. Ex.^a conhece os *dossiers*? É que, se V. Ex.^a precisar, a Comissão Parlamentar para a Integração Europeia pode ceder-lhos.

Portanto, o Governo está a ceder em tudo, a qualquer preço, para acabar as negociações e eu pergunto-lhe se isso é no interesse nacional, no interesse do país. Para que é que se está a fazer isso? Para dizer aos portugueses: «Nós vamos para o Mercado Comum; lá vêm agora os milhares de ECU; lá vem o desenvolvimento regional», o tema da «Europa connosco!»?

Não será para relançar uma campanha do seu secretário-geral, porque em 1985, vai haver eleições presidenciais, Sr. Deputado?

Claro que sim! De resto isto é conhecido e não vale a pena escamoteá-lo.

Simplemente, isto é feito no interesse pessoal e de grupo contra os interesses nacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. **Magalhães Mota (ASDI): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que a opinião pública portuguesa e os deputados à Assembleia da República foram de algum modo surpreendidos por duas notícias a que não posso deixar de atribuir grande relevância em termos da própria actividade da Assembleia da República e da sua função fiscalizadora.

Já por várias vezes tive ocasião de salientar — e creio não estar só nesse pensamento — que a política internacional é mal tratada no actual Regimento da Assembleia da República.

Na verdade só através de intervenções no período de antes da ordem do dia podemos tratar de matérias respeitantes à política internacional e às negociações que envolvem o Estado Português. Não sendo elas objecto, normalmente, de iniciativas legislativas, não podem ser tratadas no período da ordem do dia e como tal ficam reduzidas a intervenções pontuais deste ou daquele deputado sem possibilidade de um debate generalizado.

Penso que este é um dos aspectos que devem ser corrigidos, e com urgência, mas de algum modo e enquanto as coisas são como são eu não gostaria de deixar passar em claro 2 aspectos que me parecem de, repito, extrema importância.

O primeiro diz respeito a uma posição tomada pela Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Regional dos Açores, que, como se sabe, substitui, nos termos do respectivo Regimento, o seu Plenário

para efeitos da emissão de pareceres e que se pronunciou sobre o acordo técnico respeitante às negociações entre o Estado Português e o Governo dos Estados Unidos sobre a utilização da Base Aérea da Lajes.

Nesse parecer, que não conheço na íntegra mas que conheço por aquilo que a comunicação social do continente e dos Açores dele transmitiu, a comissão do parlamento regional põe em causa, em primeiro lugar, a classificação atribuída técnica, jurídica e constitucionalmente ao acordo celebrado, explicando não se tratar exactamente de um acordo mas de um tratado e que como tal deveria ser objecto de discussão parlamentar, salienta que em alguns aspectos a soberania portuguesa e os interesses do Estado Português terão sido maltratados nessa negociação.

Creio que esta posição assumida pelo parlamento açoriano tem extrema relevância e não pode ser ignorada pela Assembleia da República e que esta tem estrita obrigação de debater e de conhecer este problema.

Como tal, se já tomei a iniciativa de solicitar que me seja fornecida cópia integral deste parecer da comissão de relações internacionais do parlamento açoriano, também penso que a Assembleia da República não poderá deixar de conhecer, ao mesmo tempo do parecer desta Comissão, o acordo técnico sobre o qual a assembleia regional dos Açores já pôde pronunciar-se e que à Assembleia da República ainda não foi fornecido.

Creio que está aqui uma matéria que até pelo tipo de apreciação que acaba de ser feito por um parlamento regional justifica que a Assembleia da República tenha sobre ele uma posição, e exerça aqui os seus poderes de fiscalização.

O segundo aspecto, também de relações internacionais, diz respeito às negociações em curso com a Comunidade Económica Europeia. Creio que, por variadas vezes, quer no âmbito do Plenário da Assembleia da República, quer no âmbito das actividades duma comissão especializada — a Comissão de Integração Europeia —, tive ocasião de salientar a necessidade de que, no mínimo os parlamentares, mas necessariamente todos os portugueses, conhecessem, com alguma exactidão, com alguma profundidade, o teor das negociações que estão em curso.

Devo dizer, muito lamentavelmente, que se as negociações decorrerem sempre com manifestas dificuldades por parte do seu acompanhamento pela Assembleia da República — e em todos os governos, cuja actividade acompanhei, neste pormenor ou neste particular, a actividade negocial exercida foi conhecida por parte da Assembleia, atrasadamente, por forma incompleta e por forma que não permitia um acompanhamento exacto das situações — creio que neste momento, nunca como hoje, a Assembleia da República, através desta mesma comissão especializada, ignorou de tal modo as negociações em curso.

De facto, penso que todos os membros desta Assembleia, e em particular os deputados membros da Comissão de Integração Europeia, tiveram apenas conhecimento pelos jornais — e só pelos jornais — das posições negociais ultimamente assumidas pelo Governo Português. E pela minha parte adianto, desde já, com o conhecimento que me vem dos mei-

so de comunicação social, que penso ser de algum modo justificável a posição ainda ontem assumida nas negociações específicas do *dossier* pescas, a serem exactas as informações que possuo, nos termos da qual a segunda proposta da Comunidade era menos vantajosa para Portugal do que a primeira na medida em que reflectia muito mais as posições espanholas do que as portuguesas e permitiam um acesso às águas territoriais portuguesas da frota pesqueira espanhola, que, como é sabido, é uma das frotas pesqueiras europeias mais poderosas.

Se esta posição negocial é justificável — e creio que o é — creio não ser justificado que a Assembleia da República não tenha conhecimento dessas negociações, a não ser muito *a posteriori* e quase exclusivamente pelos jornais.

Assim sendo, considero não só indispensável como urgente que seja efectivada uma recente resolução do Conselho de Ministros nos termos da qual se faria um debate parlamentar sobre a adesão às Comunidades Europeias e que — limito-me a chamar a atenção para esse ponto — esse debate só poderá ser formulado não nos termos em que, por exemplo, foi feita em 1977, a primeira iniciativa de comunicação à CEE, na medida em que nessa altura apenas foram feitos discursos isolados e apensos, mas que este assunto seja considerado em termos de alteração do Regimento para que seja feito um autêntico debate parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvimos com atenção as intervenções que aqui foram produzidas no período de antes da ordem do dia. Elas patenteiam, naturalmente, as preocupações que os Srs. Deputados e os diversos grupos e agrupamentos parlamentares têm nesta pré-abertura da nossa sessão legislativa.

Naturalmente que muitos dos problemas aqui sublinhados têm acuidade e pertinência. Não o negamos. Comungamos das preocupações aqui expressas por muitos dos Srs. Deputados — elas correspondem a problemas nacionais reais —, mas já não partilhámos da indução rápida que se faz para um ataque frontal ao Governo, pretendendo responsabilizá-lo pela situação actual como se esta não tivesse uma história, um desenvolvimento no tempo e também uma perspectiva temporal prolongada para a sua solução.

Queria começar por dizer que partilho das preocupações do Sr. Deputado José Vitorino quanto aos problemas do Algarve. Há um certo consenso de sensatez à volta dos problemas que sublinhou e também de algumas das soluções que são evidentes para o Algarve.

Já não partilho da crítica indirecta que fez à Comissão de Turismo do Algarve, e quero aqui sublinhar o muito apreço em que temos o presidente da Comissão de Turismo do Algarve, um homem dinâmico esclarecido e inteligente como é Luís Filipe Madeira.

O Sr. Deputado Carlos Brito também sublinhou algumas questões sobre as quais até poderíamos estar de acordo. Ou seja, relativamente aos princípios é fácil reclamar que Timor Leste tem direito à inde-

pendência, que os povos têm direito a seguir o seu próprio destino sem intervenções violentas movidas do exterior.

Também estamos de acordo quanto a uma certa memória da situação de Timor: a violência, a opressão, o genocídio das populações.

Mas o Sr. Deputado Carlos Brito dá imediatamente um salto, um pouco no vácuo, para tentar penalizar o actual governo pela situação que se vive. Ora, também aqui há uma certa amnésia histórica, uma certa miopia no entendimento desta situação que o Sr. Deputado Carlos Brito sabe ser complexa e que não pode ser analisada duma maneira linear como o fez.

Realmente, entre os simples imperativos da nossa vontade e as realidades, que são duras, que são complexas, as redes de relações, de interesses de poderes que existem, há imensas mediações e a realidade não se dobra aos simples imperativos da nossa vontade.

Creio que a política deste governo, relativamente a Timor-Leste tem algumas novidades, tem algum dinamismo. Houve um certo eclipse — isso sim — em governos anteriores no tratamento deste problema, mas também não é apenas o Governo o responsável pelo abordar desta questão. É também o Sr. Presidente da República e a própria Assembleia da República que, ao criar uma comissão para acompanhamento do caso de Timor-Leste, criou compromissos e responsabilidades.

Nós estamos dispostos a encorajar o funcionamento dessa comissão para que não passemos sempre as culpas aos outros. Também nós, deputados, podemos, nesse capítulo, fazer algo positivo.

Já relativamente ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas é muito difícil encontrar pontos de contacto na análise que faz da situação e das pistas e soluções que avança. Isto porque se é verdade que joga com números que são estatisticamente aceitáveis, faz raciocínios sobre esses mesmos números que, por vezes, são exercícios de prestidigitação. Dou-lhe um exemplo: o Sr. Deputado Carlos Carvalhas fala da política de austeridade que foi necessária para fazer, da baixa de produção nacional, etc., e depois critica também o endividamento externo, que vai atingir 16 milhões de contos. Ora, é fácil perceber, para quem tem um raciocínio elementar sobre estas questões, que, mesmo com esta política recessiva, ainda assim, a dívida externa cresce bastante. De facto, é a redução do défice da balança de transacções correntes, um dos êxitos da política económica deste governo, que evita o pior. Isto apresenta-se como evidente a qualquer pessoa que veja com honestidade esta problemática.

Quanto às negociações com a CEE e às questões orçamentais, o Sr. Deputado referiu-se à anterior reunião da Comissão Permanente dizendo que o Partido Comunista tinha razão em querer fazer aí um debate aprofundado. Na altura dissemos que estas questões devem ser tratadas no momento próprio e que iríamos ter esses momentos.

O primeiro momento é a revisão orçamental. Podemos desde já dizer — não é novidade! — que na próxima semana será entregue a proposta de lei de revisão orçamental. Nessas circunstâncias, far-se-á o debate habitual e os Srs. Deputados da oposição, assim como nós, deputados que apoiamos o Gover-

no, vamos ter oportunidade de terçar armas à volta das questões orçamentais e daquilo que as envolve com toda a problemática da economia portuguesa.

Quanto às questões da CEE, já foi anunciado pelo Governo — e isso foi também uma reivindicação e uma exigência dos partidos da maioria (porque não dizê-lo?) — que tem de se travar um debate aprofundado nesta Assembleia, e sei mesmo que o Governo vai estabelecer contacto com a Assembleia da República no sentido de solicitar que seja marcada uma sessão com esse objectivo.

Também vamos ter, a devido tempo, os documentos do Orçamento e do Plano para 1985, donde não há escamoteamento do debate e das questões fundamentais, pelo que se os senhores deputados da oposição se poderão considerar frustrados com a situação económica também nós nos consideramos, mas muitas coisas nos ultrapassam; as possibilidades de resolver os problemas não estão imediatamente ao nosso alcance, mas não se pode dizer que, formalmente, haja atitudes prepotentes da maioria.

Quanto aos aspectos da CEE que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas foca, dizendo que estão ao sabor de interesses pessoais, quero afirmar que não concordo com isso. O projecto de integração na CEE não só, esse sim, é quase um imperativo histórico e resulta da própria dinâmica da vida portuguesa, da sua situação geográfica na Europa e de muitos outros fenómenos de atracção económica e populacional, mas também é algo de desejado pela população portuguesa. Há alguma esperança nessa integração. Os senhores deputados do Partido Comunista não têm esperança nisso, mas a esperança dá origem a uma atitude antagónica, que é um certo sentimento de desespero relativamente a essa integração. E se é certo que vai trazer alguns problemas traz também um grande desafio, ao qual devemos responder.

Devemos é interrogarmo-nos se somos capazes de responder a esse desafio e não ficarmos sempre numa atitude de carpideiras.

Não concordo, assim, com a afirmação de que estão em jogo interesses pessoais do Primeiro-Ministro. Pelo contrário, quem lhe assaca essa identificação com a integração na CEE é que está a elogiá-lo e não a diminuí-lo e a pessoalizar as questões por um combate individualista e perfeitamente identificado com um combate estéril.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas queria, neste período de antes da ordem do dia, pronunciar-me com brevidade sobre alguns dos pontos cruciais aqui já levantados por colegas de vários partidos, exprimindo o ponto de vista da UEDS sobre estas questões de facto de importância nacional nas suas vertentes essenciais.

Os problemas do saneamento básico das regiões turísticas, levantados com oportunidade pelo Sr. Deputado José Vitorino no que ao Algarve concerne, não podem ser restringidos, mesmo apenas numa óptica predominantemente turística, à bela região algarvia. Outras regiões, e designadamente a do estuário do Tejo e zona circundante, merecem também a atenção do Governo da República já que a capacidade financeira das autarquias da zona é largamente

insuficiente para a consecução de projectos existentes e para a elaboração de outros complementares que a zona exige.

No que respeita à questão de Timor-Leste, importa reafirmar aqui que a posição da UEDS passa pela obtenção de uma solução respeitadora da nossa Constituição e que tenha em conta o papel determinante da FRETILIM na luta contra o invasor indonésio. Assim, como já temos expressado em reuniões, designadamente na Presidência da República, com o Sr. Primeiro-Ministro e publicamente, qualquer proposta de solução que ignora ou pretende ignorar a FRETILIM será, em nosso entender, irrealista e estará condenada ao malogro.

Relativamente à política económica seguida, reafirmo que os resultados estão à vista. Mais não são, do ponto de vista da UEDS, do que o corolário de uma política errada dominada por preocupações conjunturais de carácter financeiro e que estabeleceu como um dos objectivos centrais a atingir a redução do produto interno bruto num país que já tem uma capitação que oscila entre um terço e um sexto nos maiores países da Comunidade Económica Europeia.

É claro do nosso ponto de vista que as alternativas económicas apresentadas pelo PCP serão, de certa forma, como já alguém disse com ironia, propostas alternativas para um país alternativo, embora em diversos sectores e em aspectos pontuais possam apresentar contributos válidos para a elaboração de uma política alternativa que um conjunto de forças sociais e políticas significativas possam apoiar com credibilidade e exequidade.

No entanto, no que respeita — e será o que importa mais nesta oportunidade — às negociações com a CEE, parece-me, de facto, que as informações presentes no Parlamento são escassas e as declarações dos principais responsáveis políticos e técnicos não serão de modo nenhum tranquilizadoras. Se se pretende alguma solidariedade nacional nesta questão da integração europeia, seria necessário que outro relacionamento entre o Governo e as forças políticas fosse gerado, sem o que, facilmente, de forma justa ou injusta — não saberemos neste momento —, o Governo não poderá ser acusado de não defender adequadamente os interesses nacionais.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entramos na ordem do dia. Como primeiro ponto existe um projecto de deliberação com vista à adopção de medidas tendentes a garantir a abertura do novo ano escolar, apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma intervenção que, no fundo, constitui uma questão prévia.

O Sr. Presidente: — É sobre o assunto que acabei de referir, não é verdade, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — A minha intervenção visa justamente colocar uma questão relativa ao agendamento que temos presente na Mesa para o período da ordem do dia.

Penso, pois, que a apresentação do projecto de deliberação do PCP só deveria ser feita depois de dirimirmos a questão que gostaria de colocar a esta Comissão.

O Sr. Presidente: — Isso significa que deseja impugnar o agendamento deste ponto da ordem do dia?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Se o Sr. Presidente me permitisse, explicava muito rapidamente. É que a razão do meu pedido de palavra é ligeiramente diferente da aventada pelo Sr. Presidente.

Colocam-se-nos sérias dúvidas quanto ao bom fundamento da possibilidade de se agendar no período da ordem do dia das reuniões da Comissão Permanente matérias que não tenham sido previamente objecto de consenso ou numa reunião anterior da Comissão Permanente ou numa troca de impressões entre o Presidente da Assembleia e pelo menos um representante de um grupo parlamentar presente na Comissão Permanente, nos termos em que o Regimento da Assembleia da República o prevê para o funcionamento das comissões.

Como se sabe, o Regimento da Comissão Permanente é omissivo nesta matéria e, nos termos desse mesmo Regimento, as matérias omissas são integradas no Regimento da Assembleia. Reporto-me ao dispositivo regimental que regula a fixação dos períodos da ordem do dia nas comissões da Assembleia da República.

Como é sabido, esses períodos da ordem do dia, nos termos regimentais, ou são fixados anteriormente pela própria comissão ou resultam do consenso entre o presidente das Comissões e um representante de cada grupo parlamentar.

Não tendo sido este — creio — o caso do agendamento deste ponto 1 da ordem do dia, ele seria, de algum modo, susceptível de impugnação. Não é, todavia, essa a nossa intenção. Queremos, por enquanto, levantar apenas esta dúvida para que, de futuro, possamos ter outra metodologia no que diz respeito ao agendamento da ordem do dia. Em todo o caso, apresentamos na Mesa uma proposta de alteração em relação à sequência das matérias agendadas para hoje na ordem do dia.

Assim, limitamo-nos de momento a proceder à apresentação de uma proposta que visa alterar essa sequência, ou seja, o ponto 1 passaria a ponto 3, sem prejuízo de, no futuro, utilizarmos uma metodologia diferente para a fixação das ordens do dia.

O Sr. Presidente: — Assim sendo, Srs. Deputados, existe uma proposta no sentido de passar para ponto 3 da ordem do dia a discussão da admissão do projecto de deliberação do PCP com vista à adopção de medidas tendentes a garantir a abertura do novo ano escolar, que está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de me pronunciar sobre a proposta feita, e desde logo com uma consideração prévia.

A Comissão Permanente funcionou, e funciona, de acordo com regras próprias, que também têm base nas praxes parlamentares que têm sido seguidas. A fazermos uma aplicação estrita do Regimento, poderíamos considerar que o chamado ponto 3 não tinha objecto, visto não existir nenhuma proposta concreta sobre a matéria. E nessa altura eu diria, se quisesse colocar a questão em termos tão fechadamente regimentais em que a colocou o Sr. Deputado Lacão, que, «sim senhor, entremos no ponto 3, mas sobre este ponto nada se pode dizer porque nenhum ponto, na ordem de trabalhos, pode ser aberto de forma tão aberta porque sobre a matéria não existe nenhuma proposta ou projecto de deliberação».

Tive o cuidado de perguntar no início da reunião anterior — e como estou na Mesa sei que nesta reunião se passa o mesmo — se havia alguma proposta em relação ao ponto 3 — não havia nenhuma — e sei que não existe nenhuma proposta entregue em termos de nesse ponto poder ser agendado. Esta a primeira questão que queria colocar ao Sr. Presidente e aos senhores deputados por me parecer que, apesar de tudo, revela o espírito ou a metodologia que tem presidido aos trabalhos da Comissão Permanente. E isto por uma razão simples: inscrita a ordem de trabalhos — como o foi — na base de uma concreta proposta de deliberação apresentada por nós e pondo como ponto 1 a questão que foi posta, não nos parece curial, neste momento, alterar essa ordem quando todas as razões existem para se considerar que terá prioridade a matéria sobre a qual exista uma proposta concreta.

Este nosso ponto de vista, Sr. Presidente, corresponde a uma concepção realista dos trabalhos da Comissão e tem em atenção aquilo que está em cima da Mesa para ser deliberado. Neste momento, alterar a ordem de trabalhos quando não existe nenhuma proposta em relação ao ponto 3 e quando existe uma proposta em relação ao ponto 1 parece-nos ser de todo em todo inconsequente e não conduzindo à eficácia dos trabalhos da Comissão Permanente. Pensamos, pois, que não se trata de um proposta que o Sr. Presidente deva considerar, nomeadamente em sede de organização dos trabalhos, porque aqui tratar-se-á sempre, e mais, de encontrar uma solução de trabalho e muito menos de votar seja o que for nesta matéria, o que nos parece ser uma forma muito adequada de resolver um problema como o que está colocado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma nota breve sobre a questão neste momento em discussão.

Para além dos «preciosismos regimentais», para além de dizer que sim ou que não, tinha ficado falado na última reunião da Comissão Permanente que hoje, de entre outros assuntos, abordáramos a questão da organização dos trabalhos para o período suplementar desta sessão legislativa. Daí que me pareça lógica a proposta do PS, independentemente — repito — dos «preciosismos regimentais», até porque esta reunião vai terminar às 18 horas, pelo que

é lógico que se discutam em primeiro lugar as matérias que já tinham ficado previstas na reunião anterior.

O Sr. Presidente: — A minha interpretação foi a seguinte: na última reunião da Comissão Permanente foi deliberado que a ordem de trabalhos para hoje era constituída pela organização dos trabalhos parlamentares no período suplementar. Mas entretanto não foi recebida nenhuma proposta no sentido de dar seguimento a este número. Daí que, quando chegou uma nova proposta do Partido Comunista sobre essa matéria, ter achado que a devia incluir na ordem de trabalhos.

O facto de não ter aparecido nenhuma proposta para a organização dos trabalhos parlamentares não impede que este assunto seja discutido e que sejam apresentadas ainda nesta reunião propostas nesse sentido, o que permitirá uma discussão sobre este ponto.

Parece-me que se há dúvidas sobre a discussão imediata da proposta do Partido Comunista, que, aliás, inclui como admissão da proposta a proposta agora apresentada pelo Partido Socialista e cabe perfeitamente nesta Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Tinha pedido a palavra para dizer precisamente aquilo que o Sr. Presidente acaba de dizer, ou seja, que a nossa proposta é perfeitamente legítima. Não impugnamos a admissão do projecto de deliberação do Partido Comunista; trata-se de uma simples alteração da sequência dos trabalhos.

Quanto à questão aqui levantada sobre uma proposta concreta para a organização dos trabalhos parlamentares no período de 2 a 15 de Outubro, a maioria tem uma proposta que fará em devido tempo, depois de votada a proposta do PS e do PSD há pouco apresentada pelo Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, creio que há um ponto que decorre das considerações feitas pelo meu camarada João Amaral que eu queria deixar muito claro perante a Comissão Permanente e que é este: nós de maneira nenhuma quisemos colher de surpresa a Comissão Permanente perante o objecto da proposta de deliberação que aqui apresentámos. Hoje de manhã tivemos o cuidado de enviar um ofício ao Sr. Presidente em que dizíamos qual o assunto sobre que iríamos apresentar essa proposta de deliberação e foi provalvemente no seguimento desse ofício que o Sr. Presidente elaborou esta proposta de agenda.

Para nós a questão não está em que a nossa proposta de deliberação seja discutida a toda a pressa. Entendemos que a questão é urgentíssima e que é fundamental que a Assembleia da República tenha a compreensão política da questão que lhe colocamos, que é a abertura do ano escolar, com todas as implicações que representa para pais, professores e alunos. Entendemos também que a Comissão Permanente deve ter a preocupação da urgência que isto

representa, mas não a queremos forçar a deliberar hoje sobre isso.

Se a Comissão Permanente entender que não está em condições de deliberar hoje sobre essa questão, admitidos discutir isso. Mas não é por razões regimentais . . .

Consideramos, pois, que a questão é muito urgente. Mais vale hoje do que amanhã! Mas se os senhores deputados não estão, de todo em todo, em condições de discutir hoje, então aceitamos que se discuta amanhã, também em reunião da Comissão Permanente.

A questão é política, não é uma questão formal, não é uma questão de sofismas regimentais, e é como questão política que a mantemos.

O Sr. **Presidente**: — Creio poder interpretar, pelas palavras do Sr. Deputado Carlos Brito, que o Partido Comunista está de acordo com esta alteração da ordem do dia passando o ponto 1 para ponto 3.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, nós pensamos que não vale a pena fazer-se uma votação para a maioria impor que a discussão deste ponto passa para amanhã. Está vista qual é a vontade da maioria!

Para nós a abertura do ano escolar é fundamental. O Grupo Parlamentar do PS, apoiado pelo Grupo Parlamentar do PSD, não a quer discutir hoje — provavelmente não está em condições de a discutir hoje —, pelo que, então, discutamo-la amanhã.

O Sr. **Lemos Damião** (PSD): — Não é esse o problema!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, é para clarificar a nossa posição e não deixar nenhuma suspeição sobre a intenção da maioria. Pelo menos falaria em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Não se trata de querermos evitar a discussão do projecto apresentado pelo PCP, e tanto não se trata que, tendo feito uma observação acerca da eventual ilegitimidade, do ponto de vista regimental, que presidiu ao agendado desta matéria, apesar de tudo, neste caso concreto, nós não iríamos impugnar o agendamento. Se se tratasse de querer evitar a discussão teríamos abundantes motivos regimentais a nosso favor. Trata-se apenas de, na sequência de uma deliberação da última Comissão Permanente, darmos uma sequência mais lógica e mais ordenada aos trabalhos da ordem do dia.

Não se trata, portanto, de evitar uma discussão, trata-se de ser coerente com deliberações anteriormente já tomadas pela Comissão Permanente.

Nada nos garante que a discussão do ponto 3 não possa, eventualmente, vir hoje a ter lugar. Veremos em função do andamento dos trabalhos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. **José Vitorino** (PSD): — Uma nota muito breve: a proposta do PS e do PSD no sentido de

alterar a ordem do dia proposta para os trabalhos de hoje . . .

Quanto ao ponto 1, amanhã ver-se-á!

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, penso não haver necessidade de se votar a proposta apresentada pelo PS e pelo PSD, e entramos no primeiro ponto da ordem do dia, do qual consta a votação de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, que vai ser lido.

Foi lido. É o seguinte:

Relatório e parecer da Subcomissão da Comissão Permanente

Em reunião realizada no dia 19 de Setembro de 1984, pelas 15 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Socialista:

Armando António Martins Vara (círculo eleitoral de Bragança) por Ovídio Augusto Cordeiro (esta substituição é pedida por um período não superior a 120 dias, a partir do passado dia 17 de Setembro corrente, inclusive);

2) Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Guido Orlando de Freitas Rodrigues (círculo eleitoral do Porto) por Serafim de Jesus Silva (esta substituição é pedida para os dias 17 e 18 de Setembro corrente, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Subcomissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Subcomissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente**: — Vai ser votado.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Vai ser também lido um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo ao Sr. Deputado Alberto Gamboa.

Foi lido. É o seguinte:

Parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

1 — O Sr. Deputado Alberto Rodrigues Ferreira Camboa é acusado, em processo de transgressão que pende no Tribunal Judicial da Comarca de Caminha, processo n.º 203/84, de haver cometido uma infracção ao Código da Estrada.

Deduzida que foi a acusação, o Tribunal solicitou a esta Assembleia se dignasse proferir deliberação no sentido de suspender ou não o exercício de funções daquele Sr. Deputado, para efeito do seguimento do processo, nos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, designadamente o n.º 3 do artigo 160.º da Constituição da República, o artigo 2.º da Lei n.º 5/76, o Estatuto dos Deputados e os n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia da República.

2 — A referida deliberação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Regimento, deverá ser precedida de parecer da Comissão de Regimento e Mandatos. Isto posto.

3 — Tem sido jurisprudência pacífica desta Comissão, e ulteriores deliberações do Plenário, que a suspensão do mandato dos Srs. Deputados, para efeitos de continuação do processo em tribunal, só deve ser concedida quando esteja em causa a dignidade da função de deputado ou corra sérios riscos o interesse público.

Não se vê razão, no caso em apreço, para alterar esta orientação.

Na verdade.

4 — A infracção de que vem acusado o Sr. Deputado Alberto Rodrigues Ferreira Camboa resulta tão-somente de uma ligeira violação da velocidade máxima instantânea permitida.

Não se evidencia, pois, qualquer procedimento que ofenda a dignidade do Sr. Deputado, a sua conduta pessoal como tal ou a do órgão de soberania que serve.

Não há, também, ofensa de interesse público.

5 — Por outro lado, dir-se-á ainda que a suspensão do mandato de um Sr. Deputado acarreta sempre, pelo menos, alguma perturbação, se não mesmo prejuízo aos normais serviços desta Assembleia da República.

O que também se não justifica que aconteça no caso em apreço, precisamente pelas razões já invocadas.

6 — Por todo o exposto, sou de parecer:

Que não deve ser suspenso o exercício do mandato do Sr. Deputado Alberto Rodrigues Ferreira Camboa para o efeito de contra ele prosseguir seus normais termos o processo de transgressão acima referenciado.

Palácio de São Bento, em 17 de Maio de 1984. — O Relator, *Manuel Fontes Orvalho*.

O Sr. Presidente: — Como os Srs. Deputados sabem, em relação a este parecer vai ter de se proceder a uma votação secreta, o que se fará de imediato.

Procedeu-se à votação.

O Sr. Presidente: — Vamos proceder ao escrutínio.

Procedeu-se ao escrutínio.

O Sr. Presidente: — O resultado da votação é o seguinte: dos 31 Srs. Deputados da Comissão assinaram a lista de chamadas 29, tendo dado entrada na

urna 28 votos todos eles favoráveis ao parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Entramos assim, Srs. Deputados, na discussão do ponto 2 da ordem do dia que trata da organização dos trabalhos parlamentares no período suplementar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como já tínhamos anunciado, a maioria tem uma proposta para o período compreendido entre os dias 2 e 15 de Outubro, que não representa nenhuma novidade visto que em Julho, na parte final dos nossos trabalhos, já tínhamos aprovado uma deliberação que definia os dias desse prolongamento e também as matérias que considerávamos prioritárias.

Vou ler essa proposta, que está redigida nos seguintes termos:

Propõe-se a seguinte metodologia para os trabalhos parlamentares no período entre 2 de Outubro e 15 do mesmo mês:

- 1) Conclusão do debate e votação do Regimento da Assembleia da República;
- 2) Estatuto do Deputado;
- 3) Eleição de um membro do Tribunal Constitucional;
- 4) Questões que se revistam de grande urgência.

A organização concreta dos trabalhos competirá à conferência dos líderes parlamentares e a fixação ao Sr. Presidente da Assembleia da República, coadjuvado por esta mesma conferência.

A proposta é bastante clara e, como já disse, não é inédita.

Também queremos aqui assinalar mais duas preocupações que a maioria partilha.

Em primeiro lugar, pretendemos planejar os trabalhos parlamentares para além do dia 15 de Outubro, mas não nos parece legítimo estar-se a fazer desde já esse planeamento antes de se iniciar a nova sessão legislativa. Em devido tempo avançaremos com as prioridades que, como maioria, consideramos essenciais para o bom andamento dos trabalhos e, para bem governar o país, papel essencial que a Assembleia tem nessa função.

A outra questão relaciona-se com o funcionamento das comissões especializadas. Também pensamos que na próxima semana deveriam começar a funcionar algumas comissões para preparar a abertura da sessão legislativa.

Consideramos que as comissões especializadas deverão funcionar e para já indicávamos a Comissão de Regimento e Mandatos para preparar a discussão e votação na especialidade no Plenário das alterações ao Regimento e para fazer a redacção e sistematização de alguns preceitos de forma avulsa.

Também achamos que deve começar a funcionar, se isso for entendimento do Sr. Presidente, a Comissão de Administração Interna e Poder Local, porque há variados projectos de criação de freguesias que foram aprovados na generalidade e ainda não estão concluídos os processos da especialidade. Nós assumimos o compromisso público de que votaríamos na especialidade e em votação final global

a criação dessas freguesias a breve trecho e pensamos que a Comissão pode ultimar esse processo.

Pensamos ainda que pode funcionar a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, bem como outras comissões que os Srs. Deputados entendam, numa troca de impressões, que devem iniciar os seus trabalhos na próxima semana.

Para já pensamos que a Comissão de Regimento e Mandatos não se pode escusar a reunir a partir da próxima semana para que o debate parlamentar, a partir do dia 2 de Outubro, tenha um certo ritmo e uma certa eficiência.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Lage.

Dado que esta reunião está perto do seu termo, amanhã adiantaremos as nossas posições. Provavelmente apresentaremos uma proposta de aditamento a algumas das questões que aqui foram consideradas e, muito embora — é esse o nosso entendimento, e penso que também é o do Sr. Deputado Carlos Lage — estas questões aqui sejam colocadas a título meramente indicativo, visto que a ordem do dia será marcada pelo Sr. Presidente ouvida a conferência dos grupos parlamentares, queria ainda perguntar, e dada a importância de que esta questão se reveste, se os Srs. Deputados da coligação governamental não entendem propor que seja discutido neste período suplementar o orçamento suplementar para o corrente ano. Dada a urgência e, digamos, certas situações de irregularidade que nós julgamos existir, parecem-nos que essa questão deveria até ter prioridade sobre muitas outras incluídas nesta proposta. Isto não quer dizer que lhe demos prioridade sobre outras que iremos propor mas a questão deveria ser esclarecida.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — O Sr. Deputado Carlos Brito faz-me nova pergunta à qual devo responder, isto é, se nós pensamos que, se a revisão orçamental estiver em condições de ser discutida, deve ser agendada neste período suplementar. Concordamos com isso até porque no n.º 4 da nossa proposta referem-se «questões que se revistam de grande urgência».

Se for entregue na próxima semana — como pensamos que vai ser — a proposta de revisão orçamental, se a Comissão de Economia fizer a preparação habitual para a discussão dessa matéria, pensamos que poderá ser agendada até ao dia 15. Há até prioridade regimental constitucional e de bom senso para esta matéria.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa.

O Orador: — Faz favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Então melhor seria também considerar que a partir da próxima semana a Comissão de Economia, Finanças e Plano deveria entrar em funcionamento para poder dar resposta a essa questão.

O Orador: — Aceitamos essa sugestão.

O Sr. Presidente: — Depois de dar entrada na Mesa, a discussão da proposta do PS e do PSD far-se-á amanhã, sendo a ordem de trabalhos a continuação da de hoje. Penso, entretanto, estar autorizado a incluir quaisquer pedidos de substituição de deputados a outras matérias que entretanto apareçam.

O Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deu entrada na Mesa um pedido de ratificação do Grupo Parlamentar do PCP, que foi admitido, e recebeu o n.º 112/III; diz respeito ao Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, que regula a transferência para os municípios das novas competências, em matéria de organização, financiamento e controle dos transportes escolares, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 42/83, de 31 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira para interpelar a Mesa.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Em forma de interpeção à Mesa, queria levantar uma dúvida acerca da intervenção de há pouco do Sr. Deputado Carlos Lage. É a seguinte: a seguir ao Regimento da Assembleia da República estava proposta a discussão do Estatuto do Deputado. Talvez a Mesa me possa informar se, além da proposta que foi apresentada pela UEDS há alguns meses, existe outra proposta no mesmo sentido ou, então, com base em que documentos iria ser feita esta discussão.

O Sr. Presidente: — A Mesa ainda não possui a proposta há pouco apresentada, pelo que talvez o Sr. Deputado Carlos Lage possa responder.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Todos entendemos, a determinada altura, que, tendo-se tocado, aquando da discussão das alterações ao Regimento, no Estatuto do Deputado, este deveria ser abordado logo que as alterações ao Regimento estivessem discutidas.

Há já projectos de nova formulação do Estatuto do Deputado — creio que também há do Partido Comunista, para além do da UEDS — e a maioria, a devido tempo, poderá tomar alguma iniciativa nessa matéria. Mas neste terreno não podemos, desde já, avançar nada em definitivo.

O Sr. Presidente: — Para já — e falo de memória — existe um projecto da UEDS e outro do PCP e é na base desses projectos que a discussão dessa matéria será agendada. Se entretanto forem apresentados outros projectos a discussão será conjunta.

Não havendo mais nada a tratar está encerrada a reunião.

Eram 18 horas.

A Subcomissão da Comissão Permanente: *Carlos Lage — Marques Mendes — Jorge Lemos — Soares Cruz.*

PREÇO DESTE NÚMERO 50\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA